

PRÁTICA DE ENSINO E ESTÁGIO SUPERVISIONADO: FERRAMENTA ESSENCIAL NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Berta Lúcia Tagliari Feba¹ (SEE -SP)

Gislene Aparecida da Silva Barbosa² - (PPGE - FCT – Unesp)

Eixo Temático: Formação Inicial e Continuada de Professores para a Educação Básica

Pensar na formação inicial e continuada de professores torna-se bastante relevante, tendo em vista a importância atribuída à educação escolar e a necessidade de construir uma escola efetivamente de qualidade para todos. Neste sentido, cabe destacar as ações desenvolvidas na formação inicial dos alunos do curso de Letras da Faculdade de Presidente Prudente (Fapepe) na disciplina de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado.

Neste curso, as atividades propostas para o desenvolvimento da Prática de Ensino e Estágio não se distanciam da realidade da escola atual na qual os futuros professores estarão inseridos. Ao contrário, as atividades são práticas e associadas a referencial teórico sobre ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa e Língua Inglesa. Por isso, tais práticas contribuem para construir no profissional em formação um perfil que atenda à demanda da atualidade e se articule às necessárias atuações docentes para o ensino e a aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Considerando a oralidade, a leitura e a escrita como essenciais ao trabalho docente, as atividades valorizam a importância da interação entre os sujeitos, concebem a língua (materna ou estrangeira) como forma ou processo de ação e interação, portanto são atividades relacionadas à dinamicidade da vida e aos usos sociais da língua.

Diante da importância da linguagem na construção do próprio homem, fica evidente a pertinência de interações sociais que privilegiem a reflexão sobre os mais variados aspectos linguísticos, sociais e culturais. Antes de serem professores ou de serem alunos, os indivíduos são partícipes da sociedade, portanto carecem de familiaridade aos diversos textos para realização de ações diárias e carecem de familiaridade aos processos de materialização da língua nas situações cotidianas, porque ensinar bem se atrela ao fato de o docente, a priori, ter domínio das possíveis relações e manifestações da linguagem e da língua.

Assim, desenvolver com o graduando a noção de que a escola é um local propício às interações sociais, geralmente mediadas pela figura docente, é o foco do trabalho na disciplina Prática de Ensino e Estágio Supervisionado no curso de Letras da Fapepe. O

trabalho, por exemplo, com os gêneros de texto como base do desenvolvimento da competência da leitura e da escrita facilita a promoção de situações de aprendizagem que partam de uma necessidade social e interativa. Por exemplo: em uma das aulas de regência em Língua Inglesa, os graduandos leem com os estudantes do Ensino Médio algumas resenhas de filmes em Inglês, com isso trabalham elementos culturais e artísticos ao se referirem à película (oralidade), trabalham a função social da resenha, estudam os elementos linguísticos que compõem o texto, decidem coletivamente por um filme a ser assistido em conjunto na classe e elaboram uma resenha a ser publicada no mural da escola, a fim de motivar outras turmas a assistirem ao filme.

Com isso, os graduandos buscam cumprir as orientações da Lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), segundo a qual todo cidadão brasileiro tem direito a uma Educação Básica de qualidade, a fim de se desenvolver plenamente, preparar-se para o exercício da cidadania e se qualificar para o trabalho. Quando as aulas da regência, por exemplo, proporcionam interação, ampliação de repertórios culturais, aplicação de atitudes democráticas e desenvolvimento da capacidade de argumentar, ler e escrever (conforme exemplo mencionado anteriormente), se materializa o compromisso do Estágio da Fapepe em formar docentes comprometidos com o sucesso dos estudantes da Educação Básica.

O compromisso com atividades relevantes na Prática de Ensino e Estágio Supervisionado da Fapepe se sustenta cada vez mais, visto que resultados de avaliações externas e relatos dos graduandos acerca das observações realizadas em muitas aulas da Rede Estadual de Ensino, apontam a urgente e necessária ressignificação das aulas de Línguas.

Em 2003, o PISA avaliou o nível de proficiência em leitura de estudantes de 15 anos, idade em que, em tese, a maioria termina a educação básica. Como resultado, há indicadores da deficiência de habilidades de leitura, deixando o Brasil em 37º lugar, dos 40 países participantes do teste. Os resultados do PiSA 2009 mostraram alguns avanços, contudo não representam melhoras significativas na aprendizagem escolar dos adolescentes brasileiros.

Do mesmo modo, o SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) de 2010 mostrou que os alunos dos 7º e 9º anos do Ensino Fundamental têm baixos índices de habilidades relativas a procedimentos de leitura, quais sejam: capacidade de localizar informações explícitas e inferir informações implícitas nos textos; identificar a função do texto, considerando seu gênero, estrutura, tema, interlocutor previsto; estabelecer relações entre texto verbal e não-verbal; reconhecer os efeitos de ironia, humor, paródia nos textos; reconhecer efeitos de sentido

produzidos pelo uso de pontuação, da organização e da estrutura da narrativa, da escolha de palavra ou expressão e da exploração de recursos gráficos.

O problema parece apontar para a má qualidade do ensino da leitura na escola, afinal, segundo Britto (2003), as práticas de leitura e escrita são produções culturais da sociedade que, por sua vez, legitimou a escola como espaço privilegiado para o trabalho com o ler e o escrever. Portanto, se a sociedade criou a escola e a ela instituiu a responsabilidade pela formação cultural do indivíduo, que, por suposto, precisa da leitura, fica, no mínimo intrigante, o fato de os resultados sobre a competência leitora dos alunos serem insuficientes para garantir a aprendizagem.

Em algumas aulas de leitura observadas pelos graduandos em cinco escolas estaduais da região de Presidente Prudente ficou nítida a concepção de linguagem de muitos professores de língua, pois em várias aulas de Língua Portuguesa, valia a interpretação de texto construída pelo docente, sem participação dos alunos, sem dialogismo, como se o sentido do texto estivesse pronto e acabado, como se o professor fosse o único capaz de compreender as ideias em cada parágrafo. Em aulas de Língua Inglesa, ainda prevalece a abordagem da gramática e tradução, ou seja, os textos estão na aula apenas para servirem de atividade a ser traduzida com auxílio de dicionário ou de vocabulário passado na lousa. Faltam em muitas aulas de línguas e interação e verdadeiro uso social da língua e dos textos.

Partindo do princípio de que a competência leitora viabiliza o acesso ao conhecimento em qualquer área e considerando os resultados de avaliações externas, torna-se importante um trabalho docente que atenda às demandas educacionais e que intervenha de maneira significativa na construção dos conceitos escolares e desenvolvimento das referidas competências.

A graduação em Letras tem um compromisso com o desenvolvimento de professores que sejam capazes de elevar a aprendizagem dos estudantes da Educação Básica, principalmente no que se refere à leitura, uma atividade imprescindível nas relações sociais. A boa formação inicial auxiliará nesta conquista, fazendo com que a escola considere o valor da linguagem humana e oportunize espaços para formação ampla do aluno, o qual não deve ver a língua como estrutura fragmentada, mas como construção coletiva provida de significado e resultante das mais variadas interações sociais (SOARES, 2004). Assim, na formação inicial do professor da área de Letras, cabem estudos e atividades práticas que levem o graduando a vivenciar os desafios da sala de aula e o compromisso de criar boas situações de aprendizagem, capazes de subsidiar o desenvolvimento da competência leitora no aluno.

A fim de contribuir para a alteração desse quadro, a Prática de Ensino e Estágio Supervisionado objetiva levar os graduandos às aulas de observação e regência, nas

quais possam vivenciar todos os pressupostos teóricos estudados e possam também descobrir o quanto o ambiente escolar necessita de ações planejadas e sistematizadas para o ensino da leitura e a consequente aprendizagem dos alunos.

O desafio então se instala no sentido de os graduandos perceberem a dinâmica e o funcionamento de uma escola, evidenciando as aulas de línguas como oportunidades de interação e construção de saberes legítimos e indispensáveis à cidadania e à vida no mundo globalizado, uma vez que a leitura assume um papel preponderante na sociedade grafocêntrica. Tal desafio requer que as situações de sala de aula sejam transposições didáticas bem feitas, articuladas ao mundo real, à cultura letrada, ou seja, significativas para o aluno da Educação Básica.

Para Frade (2004), a prática docente dos professores ainda se vale muito do livro didático e dos textos apresentados pelo livro didático, obra que geralmente não apresenta sistematizações para o trabalho com a leitura em sala de aula. Este fator não descarta a relevância do livro didático ou demais materiais, mas chama atenção para o fato de que a escola não formará leitores valendo-se de fragmentos ou de leituras despropositadas. É importante ler a obra/texto na íntegra e trabalhar com atividades sistematizadas para compreensão do texto em sua profundidade. Ler para dizer se “gostou ou não gostou” é insuficiente e contraditório mediante o objetivo formativo da educação escolar.

Soares (2003) afirma que este processo de sistematização ou escolarização da leitura é necessário para organizar o trabalho educativo e inevitável na escola, cuja essência sustenta-se em procedimentos formalizados e organizados em categorias.

Não há como ter escola sem ter escolarização de conhecimentos, saberes, artes: o surgimento da escola está indissociavelmente ligado à constituição de “saberes escolares”, que se corporificam e se formalizam em currículos, matérias e disciplinas, programas, metodologias, tudo isso exigido pela invenção, responsável pela criação da escola, de um espaço de ensino e de um tempo de aprendizagem. (SOARES, 2003. p. 20)

Nesse sentido, o curso de Letras da Faculdade de Presidente Prudente tem como objetivo geral “formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro.” (BRASIL CNE-CES 492/2001, p. 30). Sendo assim, visa a formar profissionais do ensino que tenham uma atitude investigativa diante da língua e da literatura, por isso, prioriza conteúdos básicos ligados à área dos estudos linguísticos e literários que se fundam em uma percepção de prática social e como forma de manifestações culturais, além de refletir

acerca das variedades linguísticas, de saber fazer uso de novas tecnologias, de conceber sua formação profissional como um processo contínuo, autônomo e permanente.

Tendo em vista esses preceitos, em convergência com as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL CNE-CES 492/2001), o curso de Letras concebe o currículo como um conjunto de atividades que o compõem, ou seja, uma construção cultural que proporciona a aquisição do saber de forma a integralizar um conjunto de conhecimentos, competências e habilidades necessários para a sua formação, bem como os objetivos que se deseja alcançar.

A Prática de Ensino e Estágio Supervisionado apresenta-se como uma disciplina fundamental para a formação do professor, pois está intimamente ligada à ação pedagógica e inserida no próprio ambiente de trabalho, em contato direto com os professores titulares. A realização do estágio, nesse ínterim, permite ao educador em formação um aprendizado concreto e autônomo.

Privilegiando a construção de um conhecimento do cotidiano em situação real de trabalho, o programa de Estágio Supervisionado constitui-se como uma atividade que visa a buscar a unidade entre a teoria e a prática na formação de professores para o ensino fundamental e médio. Trata-se de uma proposta prática a serviço da reflexão dos graduandos no que se refere a identidade como professores, formação ética, compromisso com o ensino, a aprendizagem e a humanização de estudantes da educação básica. Revela-se, ainda, como espaço de construção do professor enquanto sujeito que tem domínio de sua própria prática e de seu papel social, por isso, consiste no desenvolvimento de uma pedagogia que se instala na imbricação entre o Projeto Político Pedagógico do curso de Letras da Faculdade de Presidente Prudente e da escola em que se realiza o estágio.

O curso permite a formação inicial dos acadêmicos, pois possibilita um contato com a pesquisa acerca da atividade docente na escola. Pode ajudar a instrumentalizar os alunos para ações de pesquisa para quando forem professores, pois já saberão identificar e lidar com situações complexas, além de tomar decisões para realizar uma intervenção pertinente. Trata-se, portanto, de ações de pesquisa como um princípio de formação que possibilitam novas intervenções.

Com início na segunda metade do curso, seguindo até o final, o estágio curricular supervisionado obrigatório tem como objetivo compor um espaço de profissionalização do professor em formação, pois o foco está voltado para o exercício da docência. No curso de Letras, o estágio está dividido basicamente em duas fases: observação e regência.

O início do estágio dá-se com a observação do ambiente escolar em uma primeira visita para conversar com a gestão e o corpo docente acerca do que será realizado. É função do estagiário observar esse espaço físico, a fim de refletir sobre seu

funcionamento e analisar principalmente: quantos alunos há na escola; quantas e quais são as salas de aula, da gestão administrativa, da coordenação, de reuniões; como é e como funcionam a sala de leitura e os laboratórios; como é o refeitório; como é o convívio entre as pessoas no momento do intervalo.

Atrelado a este momento está a observação das aulas de Língua Portuguesa e Língua Inglesa, cujo foco se inclina para a metodologia do ensinar, atentando-se para: como a unidade de ensino ou a aula foi desenvolvida; se foi realizada alguma atividade diagnóstica; se foi realizada alguma forma de avaliação da aprendizagem e como se deu; como ocorreu a relação professor-estagiário e professor-aluno; quais conteúdos foram privilegiados; quais competências e habilidades estavam sendo previstas a desenvolver; qual a concepção de linguagem adotada pelo professor e como isso ficou evidente; como foram trabalhadas oralidade, leitura e escrita; como foi o envolvimento dos alunos nas aulas.

Para registrar esta etapa, os acadêmicos elaboram um relato de experiências composto pela identificação do campo de estágio (nome da escola, cidade, diretoria de ensino, nome da direção, vice-direção e coordenação) e pela reflexão sobre as aulas observadas, apresentando-as à luz das teorias estudadas nas aulas de Prática de Ensino. O relato de experiências é de grande valia, pois é de sua natureza expor problemas, facilidades e dificuldades vivenciados, assim como apresentar o nível de generalização na aplicação de procedimentos ou de resultados da intervenção em outras situações similares, ou seja, serve como uma colaboração à práxis pedagógica para ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa e Língua Estrangeira Moderna.

A segunda fase do estágio, a regência, começa com a elaboração do plano de ensino, composto por identificação da escola, professor, disciplina, série e classe atendidas, número de aulas previstas, competências e habilidades a serem desenvolvidas, conteúdos a serem estudados, metodologia e procedimentos estratégicos a serem utilizados, recursos didáticos necessários, formas e instrumentos de avaliação, propostas de recuperação contínua, lição de casa, cronograma de aulas e referências bibliográficas. A relevância do plano está na concepção da aula e em sua organização para atingir os objetivos desejados, para, enfim, levar os estudantes a desenvolver competências e habilidades necessárias para a vida em sociedade.

Após a revisão do plano, os graduandos vão até a escola novamente, agora para ministrarem as aulas planejadas, atuando como professores e iniciando o processo de identidade do ser professor. Esta identidade, de acordo com Pimenta (2009), vai sendo construída em decorrência do paralelo entre as teorias e as práticas, da análise das práticas a partir das teorias, bem como à luz do significado que cada docente atribui à sua atividade a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, seus saberes,

suas angústias, seus anseios. Acrescenta-se a isso a reflexão feita pelos alunos do curso de Letras sobre a prática docente realizada a partir das orientações em sala de aula no espaço da Faculdade em confronto com a realização do estágio nas escolas. Portanto cabe a consideração de Pimenta (2009) ao defender que um dos desafios do curso de formação inicial instale-se no processo de mudança e de passagem dos graduandos de ver o professor sendo um aluno para o ver-se como um professor.

Aliada à confecção do plano e a prática em sala de aula está a produção do relatório de estágio. Com o intuito de refletir sobre a prática, o texto do acadêmico deve comentar aspectos que compuseram o plano e que se efetivaram ou não em sala de aula, como conteúdos, estratégias, formas de avaliação, competências e habilidades e recursos. Além disso, faz-se necessário elaborar uma síntese das situações vividas, enfatizando o processo de ensino e aprendizagem, relatando os momentos mais significativos para ser feita uma reflexão a partir do referencial teórico utilizado nas aulas de Prática de Ensino. Por fim, uma conclusão deve ser apresentada, retomando aspectos essenciais discutidos no texto, bem como relatando a experiência construída durante o estágio. Anexos com declarações e fichas devem ser incluídos e fotos e materiais produzidos pelos alunos contribuem para a compilação de um bom material.

Além da realização do estágio de observação e de regência, os acadêmicos participam de reuniões pedagógicas que auxiliam na sua formação, cujo objetivo se inscreve na importância de vivenciar momentos nos quais são debatidos o planejamento, a realização e a avaliação de atividades, levando-os a vivenciar momentos de Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), reuniões de pais e mestres, conselhos de classe e série, por exemplo.

Tais ações têm apresentado resultados positivos. Pode-se citar primeiramente o engajamento dos alunos do curso de Letras na realização das atividades, sua competência conteudística e postura ética, que demonstram a preocupação em contribuir para o oferecimento de uma educação de qualidade. O desenvolvimento de projetos em sala de leitura, dinamizando o espaço e proporcionando acesso e gosto ao ato de ler, bem como de redação para o vestibular são dados já recolhidos a partir das ações de alunos egressos que, posteriormente à realização do estágio, iniciam a docência muitas vezes na mesma escola.

É preciso ler criticamente a prática do ensinar a partir da realidade existente almejando uma iniciativa perante as situações vividas na escola, como as mudanças no currículo, a articulação entre as necessidades da turma e a proposta do plano de ensino, além da importância da parceria entre o professor titular como um agente que também contribui para a formação do futuro professor que realiza, naquele momento, o estágio de regência. A escola é também um espaço de formação. Desse modo, a experiência

prática, atrelada à reflexão teórica, torna-se referência para a formação inicial, uma vez que “O futuro profissional não pode constituir seu *saber-fazer* senão a partir de seu próprio *fazer*.” (PIMENTA, 2009, p. 26 grifos da autora). Esse fazer, por sua vez, será constituído senão à luz de uma reflexão desse confronto com o saber como elaboração teórica. Sendo assim, o saber pedagógico, ou seja, o saber ensinar, constroi-se com a prática que constantemente o questiona e o reelabora.

As atividades de estágio estão organizadas e distribuídas de modo a contribuir para o amadurecimento do futuro professor, tendo em vista ações de observação do ambiente escolar, observação de aulas, elaboração de planos de ensino, regência, participação em reuniões pedagógicas e relatórios reflexivos acerca dessa vivência no ambiente escolar. Compreende-se como estágio, então, as atividades voltadas para orientação e acompanhamento do estagiário, a definição conjunta de atividades pelos professores da disciplina e pelos agentes da escola estagiada.

As professoras da disciplina Prática de Ensino e Estágio Supervisionado acompanham as atividades desenvolvidas pelo aluno estagiário e propiciam a troca de experiências nas aulas, bem como em evento organizado especificamente para refletir acerca das fases do estágio e sua projeção na prática docente, compartilhando experiências entre os alunos da graduação em Letras, junto aos acadêmicos de Pedagogia e profissionais da escola onde o estágio fora realizado. Trata-se do *Ciclo de Debates sobre a Prática Docente* que, já na sua quinta edição, promove palestras acerca da profissão professor, além disso há relato de experiências vivenciadas no estágio e diálogo entre os alunos por meio de questões aos apresentadores. Tal evento surgiu da necessidade de divulgar as ações realizadas e da vontade de expor de modo reflexivo as experiências dos alunos concluintes em Letras.

As ações também recaem sobre a orientação dos alunos na coleta e organização dos registros das atividades desenvolvidas, bem como na sua reflexão, análise e sistematização que culminam nos relatórios, documentando todo o material, composto também por fichas de acompanhamento e declarações.

Em sintonia com essas premissas e como um modo de conceber as atividades de estágio, a Fapepe promove a articulação entre teoria e prática, integrando universidade _ principalmente nas disciplinas Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Língua Inglesa – e escola – Língua Portuguesa, Língua Inglesa. O estágio desenvolvido tem ainda por finalidade a consecução da formação do educador nos aspectos técnico, científico, pedagógico e político que permita, em um processo de reflexão-ação, interferir, eficazmente, na concepção, execução e avaliação do processo de ensino e aprendizagem.

Espera-se de um curso de licenciatura, portanto, que forme professores capazes de exercer a atividade docente. Para tanto, o trabalho do professor é “ensinar como contribuição ao processo de humanização dos alunos historicamente situados” (PIMENTA, 2009, p.18), por isso, requer-se da licenciatura

que desenvolva nos alunos conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que lhes possibilitem permanentemente irem construindo seus saberes-fazer docentes a partir das necessidades e desafios que o ensino como prática social lhes coloca no cotidiano. Espera-se, pois, que mobilize os conhecimentos da teoria da educação e da didática necessários à compreensão do ensino como realidade social, e que desenvolva neles a capacidade de investigar a própria atividade para, a partir dela, constituírem e transformarem os seus saberes-fazer docentes, num processo contínuo de construção de suas identidades como professores. (PIMENTA, 2009, p.18)

O saber pedagógico, de acordo com Pimenta (2009), produz-se na ação. Por isso, os professores são compreendidos como intelectuais em processo contínuo de formação, já que “reelaboram os saberes iniciais em confronto com suas experiências práticas, cotidianamente vivenciadas nos contextos escolares” (PIMENTA, 2009, p. 29). É do cotejo da fundamentação teórica e experiência prática que poderão refletir constantemente na e sobre a prática.

Partindo desse raciocínio, o que deve evitar é a escolarização que deturpa o ensino de língua – portuguesa e inglesa – e suas interfaces, como leitura, produção de textos orais e escritos, análise linguística, estudo de gêneros do discurso e tipologias textuais, em seus usos e práticas sociais. É preciso também conceber a linguagem como um processo de interação (TRAVAGLIA, 2001), que permite o diálogo entre os sujeitos – professor e aluno –, marcados por sua história, concepções, visões de mundo, vivências, cujos conhecimentos confrontam-se em sala de aula a partir do estudo de textos, não mais de palavras ou sentenças isoladas como ocorria anteriormente.

O domínio da linguagem, como atividade discursiva e cognitiva, e o domínio da língua, como sistema simbólico utilizado por uma comunidade lingüística, são condições de possibilidade de plena participação social. Pela linguagem os homens e as mulheres se comunicam, têm acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura. Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de contribuir para garantir a todos os alunos o acesso aos saberes lingüísticos necessários para o exercício da cidadania. (BRASIL, 1998, p. 19)

Nessa perspectiva, o ensino prevê professores e alunos construtores de seu conhecimento, que vivenciam abordagens práticas de reflexão sobre: a língua em sua forma de uso dos falantes; a modalidade oral da língua estudada de modo adequado às situações comunicativas reais; a produção de textos não como um modelo a ser seguido, mas como processo de expressão individual e como ponto de partida para articulação de novos conhecimentos e de análise linguística; e esta como forma de estudo da gramática e de suas funções na língua. A escola, assim, por meio de atividades adequadas, deve ser um espaço que favoreça a interação entre esses sujeitos para que sejam capazes de agir sobre o meio em que vivem, produzindo textos orais e escritos, entendendo e refletindo sobre a própria linguagem.

A disciplina Prática de Ensino e Estágio Supervisionado - em Língua Portuguesa e Língua Inglesa – do curso de Letras da Faculdade de Presidente Prudente, desse modo, promove a realização de atividades que vão ao encontro dessa premissa, ou seja, desenvolvem propostas de ensino que refletem sobre a linguagem como interação. Busca concretizar um trabalho pedagógico voltado para oralidade, leitura e escrita, procurando encontrar, ainda, um caminho que seja mais próximo das reais situações comunicativas, fugindo da inadequada escolarização e minimizando as formas tradicionais e artificiais de uso da língua propostas pela escola há anos, que recaem sobre os déficits da educação atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia**. Brasília: MEC/CNE/CES 492/2001. (Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12991)
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC / SEF, 1998.
- BRITTO, L. P. Sociedade e cultura escrita, alfabetismo e participação. In: RIBEIRO, V. M. **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, 2003. p. 47-63
- FRADE, I. C. A. S. Escolha de livros de alfabetização e perspectivas pedagógicas do ensino da leitura. In: BATISTA, A. A. G.; COSTA VAL, M. G. (Org) **Livros de alfabetização e de Português: os professores e suas escolhas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 175-200

PIMENTA, S. G. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: _____ (Org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 15-34

SOARES, M. A escolarização da literatura infantil e juvenil. EVANGELISTA, A. A. M.; BRANDÃO, H. M. B.; MACHADO, M. Z. V. **A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 17-48

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de 1º e 2º graus**. São Paulo: Cortez, 2001.

¹ Berta Lúcia Tagliari Feba - professora na Rede Estadual de Ensino de São Paulo e na Faculdade de Presidente Prudente, Coordenadora do Curso de Letras nesta mesma instituição. Mestre em Letras pela UEM e integrante dos Grupos de Pesquisa *Formação de Professores e as relações entre as práticas educativas em leituras, literatura e avaliação do texto literário e Crítica e Recepção Literária*.

² Gislene Aparecida da Silva Barbosa - professora na Rede Estadual de Ensino de São Paulo, Coordenadora Pedagógica da E. E. Comendador Tanel Abbud (Presidente Prudente) e professora da Faculdade de Presidente Prudente. Integrante do Grupo de Pesquisa *Ciranda do Saber: linguagens literárias e educacionais* e aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente (UNESP).